

## **2018 - RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala Accacio, no terceiro andar, do Edifício Minas, realizou-se reunião interna, com o objetivo de propor alternativas para as demandas da Articulação Rosalino.

Participaram na reunião: Fernando Tadeu David (Coordenador da Mesa de Diálogo), Lucas de Oliveira (Secretário Executivo da Mesa de Diálogo), Aldenir Viana (Seda), João Carlos Pio de Souza (Superintendente de Povos e Comunidades Tradicionais da Sedpac), Maria Eunice Natalino (Sedpac), Romero Wagner (Segov), Simone Francisco (Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo), Daniela Lins (Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo), Jacqueline Prates (Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo), Marcos Miranda (Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo) e Raphael Ursino (Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo).

A reunião foi pautada nas 17 reivindicações da Articulação Rosalino, conforme relatório abaixo:

### **PAUTA DA ARTICULAÇÃO ROSALINO PARA DISCUSSÃO COM O GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS:**

- 1 Dar destinação constitucional às terras devolutas do Estado de Minas Gerais para fins de reformas agrária, criação de unidades de conservação de uso sustentável a titulação de territórios tradicionais dos Geraizeiros, Vazanteiros, Veredeiros, Apanhadores de flores, indígenas e Quilombolas, conforme previsto na legislação federal e estadual;

*Resposta:* A Mesa de Diálogo vai verificar a situação das terras devolutas de Minas para destinar às comunidades tradicionais.

- 2 Garantir recursos humanos e financeiros para fortalecimento da Secretaria Estadual de desenvolvimento Agrário, sobretudo a subsecretaria de Acesso a Terra e Regularização Fundiária dos diversos territórios tradicionais e de implementar políticas correlatas.

*Resposta:* em função da dificuldade financeira, algumas ações foram feitas, como a criação da Superintendência. Daniela Lins, do jurídico da Mesa vai criar um documento para esta resposta.

- 3 Publicar com respaldo da comissão Estadual de povos e Comunidades Tradicionais, o decreto que Estabelece OS PROCEDIMENTOS ARA INDENTIFICAÇÃO, DISCRIMINAÇÃO, DELIMITAÇÃO, ARRECADAÇÃO E TITULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS TRADICIONALMENTE OCUPADOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

*Resposta:* o decreto já foi publicado

4 Construção participativa, com controle social, de políticas Estaduais para o desenvolvimento Territorial Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais, em particular as relacionadas com segurança alimentar e nutricional e as de Convivência como semiárido Mineiro.

**Resposta:** Daniela Lins vai pegar com a Aidé, na Sedese, as informações sobre a política pública para recursos.

5 Que a consulta prévia-informada aos povos e Comunidades Tradicionais conforme prevista na OIT 169 sejam cumpridas por todos os órgãos do Estado.

**Resposta:** a consulta prévia foi feita, através de visitas e diálogos, o que gerou este relatório sobre as demandas da comunidade.

6 Que o IEF incorpore a pauta socioambiental, historicamente negada por este órgão do Estado de Minas Gerais, e substitua o atual diretor de áreas protegidas Henri Collet. Que envie à assembleia Legislativa de Minas Gerais o projeto de lei está pronto visando a recategorização: de uma parcela do Parque Estadual Verde Grande e da Mata Seca juntamente com a regularização do Território Vazanteiro de Pau Preto e Pau de Léguas envolvendo o INCRA MG e SPU. Que abra imediata negociação visando a regularização visando recategorização parcial dos Parques Estaduais Lagoa do Cajueiro (para Quilombo da Lapinha) e Grão Mogol (Geraizeiros de Vale das Cancelas atingidos pelo parque);

**Resposta:** O IEF e a Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais estão fechando uma instrução normativa para a construção do Termo de Compromisso

7 Que o Governo de Minas Gerais atenda a demanda do povo Tuxá de Minas Gerais para que seja homologado como Terra indígena Tuxá uma área de 6.525 hectares localizada na antiga fazenda Santo Antônio e que foi repassada para EPAMIG.

**Resposta:** A possibilidade de solução é pequena, pois eles querem 6525 hectares, o que é inviável para o governo. Essa demanda não poderá ser atendida, em função da sua complexidade.

8 Garantir recursos para que a SEDA possa estabelecer convênio com as instituições de pesquisa que atuam na região (INSTITUTO GUARÁ, UNIMONTE, UFVJM, UFMG) no sentido de aprimorar ainda a metodologia de destinação de terras públicas para as comunidades geraizeiras, veredeiras e quilombolas do Norte de Minas.

**Resposta:** em função da dificuldade financeira, algumas ações foram feitas, como a criação da Superintendência. Daniela Lins, do jurídico da Mesa vai criar um documento para esta resposta.

9 Incluir nos estudos e relatórios de demarcação o perfil antropológico e/ou socioambiental das comunidades tradicionais beneficiadas com o Termo de Autorização de

uso sustentável (TAUS).

**Resposta:** *O Taus é responsabilidade da SPU, Minas Gerais não tem autonomia para responder.*

10 Demarcação de território das Comunidades Tradicionais, com prioridade para o caso de grupos ameaçados pela mineração e por grandes empresas do complexo siderúrgico de Minas Gerais, como ocorrem no território tradicional das comunidades geraizeiras da região do Alto Rio Pardo, Gão Mogol (Vale das Cancelas). Riacho dos Machados, Rubelitas, fruta de Leite e Novo Horizonte.

**Resposta:** *solicitar da Seda a situação atual dos arrendamentos com possibilidade de destinação para os povos e comunidades tradicionais.*

11 Verificar e dar os devidos encaminhamentos jurídicos ao processo de grilagem de terras em território geraizeiro, nos municípios de Indaiabira e São João do Paraíso.

**Resposta:** *solicitar da Seda informações sobre a existência de encaminhamentos jurídicos ao processo de grilagem em territórios geraizeiros.*

12 Agilidade nos processos de desapropriação visando a desintrusão de fazendeiros nos territórios quilombolas como no caso do Quilombo de Gurutuba (MG) e demarcação dos territórios quilombolas de Vargem do Inhá e Mata dos Crioulos em Diamantina-MG.

**Resposta:** *Gurutuba e Inhá são de responsabilidade do Incra e a Mesa de Diálogo vai oficiar o Incra para saber em qual etapa se encontra esse processo de desapropriação. Sobre Mata dos Crioulos, em Diamantina está sendo elaborado um Termo de Compromisso, para uso do território do parque, conforme instrução normativa, a ser publicada nos próximos dias.*

13 Acelerar o processo de negociação visando a destinação aos Veredeiros de Alegre, poções e São Joaquim de terras griladas pela PLANTAR no município Januária e que está sendo intermediado pelo CIMOS.

**Resposta:** *A Mesa de Diálogo vai oficiar a Cimos para saber o andamento do processo.*

14 Acelerar a titulação do território quilombola Nativos do Arapuim, município de Verdêlândia-MG que sofreu uma tentativa de chacina em 19 de janeiro de 2014;

**Resposta:** *A Mesa de Diálogo vai ligar para o Dr. André, advogado do CAA, para levantar informações sobre o Termo de Acordo com os proprietários da fazenda. Em seguida, Tadeu marcará reunião.*

15 Acelerar a demanda de realização do laudo antropológico das comunidades Quilombolas: de Prata no município de Matias Cardos, Buriti do Meio em São Francisco, Campos e Brutiú e Serranópolis de Minas; e Peixe Bravo em Riacho dos Machados;

**Resposta:** *as demandas não aceleraram por falta de recurso financeiro, ressaltando que a comunidade de Praia, em Matias Cardoso, o recurso para o estudo antropológico já está garantido e resta saber da Seda, o andamento do processo.*

16 Manutenção da paralização da Barragem do Berizal até que seja executado um plano Nacional de Revitalização da Bacia do Rio Pardo, no estado de Minas Gerais e Bahia, garantindo a recuperação das áreas de recarga, nascentes e ribeirões que formam este importante rio brasileiro nos municípios da região do Alto Rio Pardo;

**Resposta:** *responsabilidade do governo federal. Joao Pio vai informar em que etapa está o Plano Nacional de Revitalização da Bacia do Rio Prado, para informar para o movimento.*

17 Que sejam punidos com rigor os assassinos e agentes agressores dos povos e Comunidades Tradicionais, que continuam impunes e ameaçando constantemente lideranças e seus apoiadores.

**Resposta:** *A Mesa de Diálogo vai informar que o Estado está fazendo o reconhecimento dos criminosos, mas questões judiciais devem ser tratadas diretamente na justiça. Apresentar quais as lideranças e quais comunidades estão sendo acompanhadas pelo programa de proteção da Sedpac.*